

IMPACTOS DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM DIFUSÃO AUDIOVISUAL NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PAULISTANO: UM ENSAIO METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Ana Carolina Louback Lopes¹

RESUMO: O artigo propõe avaliar as políticas culturais, visando apreender os impactos dos projetos contemplados por programas de fomento à difusão artística na configuração do espaço urbano. Para tanto, recorre-se a um ensaio metodológico com base na espacialização de investimentos públicos e assume-se como estudos de caso projetos relativos à difusão audiovisual realizados no município de São Paulo, em 2013, contemplados por três programas de fomento distintos: 1) Programa de Incentivos Fiscais – Lei Rouanet; 2) Programa de Ação Cultural – ProAC ICMS; e 3) Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI. **PALAVRAS-CHAVE:** Políticas culturais; Metodologia de avaliação; Fomento audiovisual; Territorialidades.

ABSTRACT: The paper proposes a mechanism for cultural policies evaluation, aimed to analyze the impacts produced by programs of cultural promotion in the configuration of urban space. Therefore, the study presents a methodological essay based on the mapping of public investments. In order to test this new methodology, the study works with case studies, which are projects related to audiovisual events, held in São Paulo, in 2013, supported by three different programs of cultural promotion: 1) *Programa de Incentivos Fiscais – Lei Rouanet (Tax Incentive Program)*; 2) *Programa de Ação Cultural – ProAC ICMS (Cultural Action Program)*; e 3) *Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI (Programme for the Enhancement of Cultural Initiatives)*. **KEYWORDS:** Cultural policies; Assessment methodology; Audiovisual promotion; Territorialities.

¹ Arquiteta e Urbanista e mestre em Políticas Urbanas (Habitat) pela FAU-USP, especializou-se em Gestão Cultural pelo Sesc São Paulo. Atualmente integra a equipe da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – Spcine. E-mail: lopes.a@gmail.com

INTRODUÇÃO: UM ENSAIO METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Que cidade nossas políticas públicas vêm construindo?

Um dos grandes desafios a ser encarado pelas políticas públicas nas cidades brasileiras é a redução da desigualdade entre centros e periferias. A segregação espacial – e o conseqüente abismo entre cidades formais e informais –, vem acentuando os conflitos sociais e gerando espaços urbanos hostis. Neste contexto, o direcionamento das políticas públicas assume caráter potencial, podendo atuar tanto na acentuação, quanto na redução dessas desigualdades.

Com o intuito de verificar as políticas em curso sob esse aspecto, este estudo ensaia uma metodologia para análise de programas de apoio à cultura, focando, sobretudo, na relação entre o investimento público e seus impactos no espaço urbano. Para tanto, esta metodologia baseia-se na espacialização de investimentos públicos em ações culturais, buscando analisar a distribuição do recurso na cidade.

Por afinidade pessoal da autora e pelo perfil das ações – formatos variados e possibilidade de acomodação em espaços diversos, inclusive, de forma simultânea –, o setor audiovisual foi o escolhido. Sendo a relação territorial o foco da análise, delimitou-se o estudo aos projetos voltados à difusão de acervo e exibição cinematográfica. Em termos de escala, o município de São Paulo foi o campo de pesquisa e, em termos cronológicos, foram estudados os projetos aprovados em 2013.

A opção por restringir o estudo a apenas projetos de difusão de acervo e exibição cinematográfica deve-se ao fato destes contarem com uma relação territorial direta em sua execução. Como o método empregado parte da espacialização dos investimentos, visando avaliar o impacto das políticas na construção de territórios culturais, optou-se por avaliar apenas os projetos vinculados à realização de eventos, sejam eles mostras e festivais.

No intuito de apenas ensaiar esta nova metodologia, assumiu-se como estudos de caso três programas de fomento ao audiovisual, cada um deles vinculado a uma esfera de governo distinta: 1) Programa de Incentivos Fiscais – Lei Rouanet; 2) Programa de Ação Cultural – ProAC ICMS; e 3) Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI.

O Programa de Incentivos Fiscais via Lei Rouanet faz parte do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/ 91), popularmente conhecido como Lei Rouanet. Esse mecanismo permite que parte do Imposto de Renda (IR) devido, por pessoas físicas ou jurídicas, seja investida em ações culturais. Os projetos que buscam financiamento por meio desse programa passam inicialmente por uma seleção do governo federal, para então busca-

rem seus investidores. O limite de valor dos projetos apresentados é de R\$ 3.000.000,00. Neste estudo foram incluídos todos os projetos aprovados pelo Ministério da Cultura para captação de recurso.

O Programa de Ação Cultural – ProAC ICMS, programa de incentivo fiscal do governo do estado de São Paulo, funciona por meio da destinação de parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) à produção cultural. Da mesma forma que os projetos incentivados pela Lei Rouanet, o programa conta com um processo inicial de seleção, a partir do qual a captação de recursos é aprovada. O limite de valor por projeto é de R\$ 800.000,00. Assim como na Rouanet, nesse caso o estudo considerou todos os projetos aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura para captação de recursos.

Ao contrário dos demais programas apresentados, o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI não tem como finalidade o incentivo fiscal. Embora o município conte com a Lei Municipal nº 10.923/90, também conhecida como Lei Mendonça, que autoriza a utilização de parte dos recursos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ou do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em ações culturais, esse programa encontra-se em fase de revisão. Por isso optou-se pela inclusão do VAI, programa que, apesar do pequeno porte do investimento, vem se consolidando enquanto uma política potencial para as ações culturais na cidade.²

O Programa VAI, criado pela Lei nº 13.540 e regulamentado pelo decreto nº 43.823/ 2003, tem por finalidade apoiar financeiramente, com recursos do orçamento e por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens com baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Destinado a projetos de grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, em sua edição 2013 (10ª edição), o VAI apoiou projetos com orçamento de até R\$ 25.500,00.³ Este estudo considerou todos os projetos apoiados dessa edição.

Definido o campo de análise, a pesquisa partiu para a construção dos bancos de dados a serem trabalhados. Como premissa metodológica, todos os dados utilizados foram coletados via internet, seja nos bancos de dados disponibilizados pelos programas, seja nas páginas específi-

2 Embora o Programa VAI conte com recursos desproporcionais aos demais programas avaliados, em termos de espacialização considerou-se interessante a contraposição dos impactos desta política, por priorizar projetos nas periferias da cidade. Ademais, o Programa VAI foi o único programa de fomento ao audiovisual em nível municipal passível de ser apurado para o período analisado.

3 Em 2014 o Programa VAI passou a ser organizado em duas modalidades (Lei nº 15.897), VAI 1 e VAI 2, sendo o primeiro uma continuação do formato já em curso e o segundo, uma nova modalidade de investimento, voltada a apoiar projetos de grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, não só de jovens mas também adultos de baixa renda. Nesta edição, o VAI 1 passou a aceitar projetos com orçamento de até R\$ 30.000,00, enquanto o VAI 2 permitia investimentos de até R\$ 60.000,00 por projeto.

cas dos projetos quando disponíveis, constituindo, portanto, informações de domínio público.⁴

Como a disponibilização dos dados de cada um desses programas segue formatos específicos, foram empregados critérios para uniformização de algumas informações, de modo a permitir a contraposição de dados comuns a todos os programas. Elaborados os bancos de dados, e verificadas as informações disponíveis comuns aos programas em análise, mapas temáticos puderam ser gerados, partindo do cruzamento das informações e da localização das ações.

Os resultados obtidos serão apresentados nas linhas que seguem, assim como algumas análises pontuais acerca dos quadros obtidos. Enquanto um exercício crítico e de verificação da metodologia empregada, breves considerações serão esboçadas acerca da relação entre os programas analisados e a construção de territorialidades urbanas na cidade de São Paulo.

ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS: ONDE ESTÃO OS INVESTIMENTOS?

Enquanto questão inicial, o estudo partiu da hipótese de que a maior parte dos investimentos públicos em audiovisual vem contemplando basicamente eventos ambientados nas regiões centrais da cidade, acentuando as diferenças entre centro e periferia no que se refere à oferta de programação cultural. A análise de dados a seguir buscará verificar essa afirmação.

PRIMEIRAS ANÁLISES

A partir dos recortes apontados no item anterior, foram selecionados 82 projetos: 45 aprovados pela Lei Rouanet; 33 pelo ProAC e 4 pelo Programa VAI. Em termos proporcionais, esses projetos – classificados como difusão de acervo/ exibição – representam, respectivamente, 34%, 15% e 50% dos totais de projetos audiovisuais apoiados por cada programa. Dentre os que foram selecionados, apenas 63 tiveram os locais de realização apurados, não necessariamente, a partir dos dados fornecidos pelos programas, mas muitas vezes por pesquisas na internet.

Em relação aos investimentos, pode-se dizer que o número de projetos aprovados por cada programa acompanha o volume de recursos investidos, e ambos coincidem com a hierarquia das esferas de governo financiadoras, sendo o maior investimento o da Lei Rouanet e o menor

4 Pesquisas mais aprofundadas poderiam contar com consultas aos órgãos financiadores, ou até mesmo com contato telefônico com os proponentes, para aquisição de informações complementares. No entanto, considerou-se que a restrição do levantamento aos dados disponíveis na rede permitiria ainda uma análise secundária, relativa à transparência dos investimentos públicos, demanda recentemente regulamentada por lei específica.

o do Programa VAI. Vale notar que o valor médio investido por projeto é bastante variável, o que influencia diretamente nos tipos de projetos apoiados por cada programa.

TABELA 1: QUADRO GERAL DOS PROJETOS ANALISADOS

PROGRAMA	QUANTIDADE DE PROJETOS	PROJETOS COM LOCAIS DEFINIDOS	INVESTIMENTO MÉDIO/PROJETO	INVESTIMENTO TOTAL
LEI ROUANET	45	34	R\$ 828.641,82	R\$ 37.288.882,06
PROAC	33	25	R\$ 541.021,38	R\$ 17.853.705,48
PROGRAMA VAI	4	4	R\$ 25.500,00	R\$ 102.000,00

Fonte: Elaboração própria

A partir da apuração dos locais de realização dos projetos, uma primeira análise buscou verificar os tipos de locais contemplados por cada um, classificando-os da seguinte forma:

Associação: organizações da sociedade civil (associações de bairro, entidades de classe, associações profissionais, pontos de cultura, entre outras).

Circuito regular: salas de cinema que integram a rede comercial da cidade (rede Espaço Itaú, rede Cinemark, Centro Cultural São Paulo, entre outros).

Equipamento público: instituições de uso público, que não salas oficiais de cinema (escolas, CEUs, unidades Sesc, casas de cultura, bibliotecas, teatros, entre outros).

Espaço público: locais abertos e públicos que recebem exibições ao ar livre e/ou locais de passagem/circulação de pessoas (praças, parques, ruas, entre outros).

Local privado: estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços voltados a públicos específicos (lojas, espaços para convenções, bares, entre outros).

A partir desses critérios, foram eleitos perfis dos locais de realização dos projetos, buscando-se verificar tipologias de atuação territorial para cada caso. Por esse mecanismo, constatou-se uma significativa predominância de projetos realizados exclusivamente em salas do circuito regular. Interessante notar ainda que, à parte disso, o perfil consecutivamente mais recorrente foi a composição do circuito regular com espaços públicos.

TABELA 2: PROJETOS POR PERFIL DE LOCAIS DE REALIZAÇÃO

PERFIL DE LOCAIS DE REALIZAÇÃO *	LEI ROUANET	PROAC	PROGRAMA VAI	TOTAL
ASSOCIAÇÃO	0	1	0	1
ASSOCIAÇÃO; EQUIPAMENTO PÚBLICO	2	2	1	5
ASSOCIAÇÃO; EQUIPAMENTO PÚBLICO; LOCAL PRIVADO	1	1	0	2
ASSOCIAÇÃO; ESPAÇO PÚBLICO	0	0	1	1
CIRCUITO REGULAR	22	9	0	31
CIRCUITO REGULAR; EQUIPAMENTO PÚBLICO	1	2	0	3
CIRCUITO REGULAR; EQUIPAMENTO PÚBLICO; ESPAÇO PÚBLICO	0	1	0	1
CIRCUITO REGULAR; EQUIPAMENTO PÚBLICO; LOCAL PRIVADO	1	0	0	1
CIRCUITO REGULAR; ESPAÇO PÚBLICO	4	4	0	8
CIRCUITO REGULAR; LOCAL PRIVADO	0	1	0	1
EQUIPAMENTO PÚBLICO	0	2	0	2
ESPAÇO PÚBLICO	2	1	2	5
LOCAL PRIVADO	1	1	0	2
SEM INFORMAÇÃO	11	8	0	19
TOTAL	45	33	4	82

Fonte: Elaboração própria

* Não foi verificado nenhum projeto que contemple os quatro tipos de locais.

Embora os projetos priorizem em seu formato o circuito regular, ao analisar individualmente as ações realizadas por cada projeto, verificou-se a predominância de eventos em equipamentos públicos, que configuram 44% das ações, em contraposição aos 36% das ações no circuito regular,⁵ ou seja, os projetos que beneficiam equipamentos públicos realizam, em geral, um número de ações superior àqueles direcionados ao circuito regular.

5 Neste estudo foram consideradas apenas as ações realizadas no município de São Paulo. Como o cálculo do investimento por ação foi estimado a partir do fracionamento do recurso total atribuído ao projeto, e alguns englobam ações também em outros municípios, algumas ações contarão com distorções no valor atribuído.

TABELA 3: AÇÕES POR TIPO DE LOCAL DE REALIZAÇÃO.

TIPO DE LOCAL*	LEI ROUANET	PROAC	PROGR-MA VAI	% AÇÕES POR TIPO	INVESTIMENTO TOTAL POR TIPO**	INVESTIMENTO MÉDIO POR TIPO
ASSOCIAÇÃO	9	9	2	5%	R\$ 1.837.582,16	R\$ 91.879,11
CIRCUITO REGULAR	65	73	0	36%	R\$ 26.336.066,04	R\$ 190.841,06
EQUIPAMENTO PÚBLICO	74	92	1	44%	R\$ 4.101.371,87	R\$ 24.559,11
ESPAÇO PÚBLICO	18	7	5	8%	R\$ 6.468.469,60	R\$ 215.615,65
LOCAL PRIVADO	3	3	0	2%	R\$ 2.466.347,39	R\$ 411.057,90
SEM INFORMAÇÃO	11	8	0	5%	R\$ 14.034.750,48	R\$ 738.671,08
TOTAIS	180	192	8	100%	R\$ 55.244.587,54	R\$ 145.380,49

Fonte: Elaboração própria.

* A quantificação por tipo de local considera as ações (e não os projetos), registrando ocorrências múltiplas nos casos de projetos que contemplem mais de um tipo de local, chegando, por isso, a valores totais superiores aos totais de projetos.

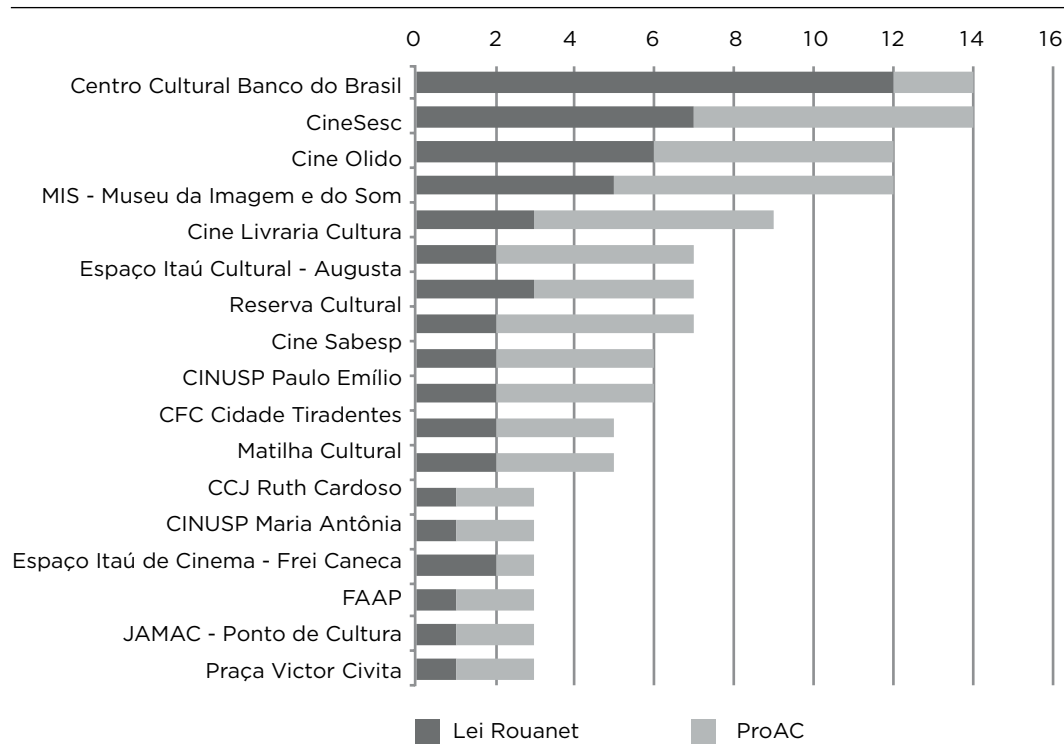
** Para cálculo de investimento por tipo de local, foram considerados os números de ações e as respectivas frações do investimento total no respectivo projeto, de modo que para um projeto com cinco ações, considerou-se para cada ação o corresponde a 1/5 do recurso total do projeto.

Em termos dos investimentos, no entanto, alguns pontos merecem ser exaltados. Embora o maior número de ações se dê em equipamentos públicos, os eventos nesses locais consomem apenas R\$ 4.101.371,87, enquanto as ações no circuito regular contam com um montante R\$ 26.336.066,04. Se verificado o corresponde valor médio por ação, tem-se R\$ 24.559,11 para cada ação em equipamentos públicos e R\$ 190.841,06 para aquelas realizadas no circuito regular. Curioso notar que as ações em espaços públicos e locais privados, por sua vez, contam com investimentos médios por ação ainda superiores aos praticados no circuito regular, chegando a dobrar, no caso dos locais privados.

No que se refere aos programas, vale notar que não foram verificadas ações do Programa VAI nem em salas do circuito regular, nem em locais privados, o que comprova ser o valor do aporte determinante na definição das tipologias de projetos.

Ao analisar os locais específicos de realização dessas ações, a concentração em alguns pontos é bastante acentuada. No topo do ranking, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e o CineSesc concentram catorze ações cada um, seguidos pelo Cine Olido e pelo MIS, cada um com doze ações identificadas.

GRÁFICO 1: LOCAIS COM MAIOR NÚMERO DE AÇÕES PREVISTAS (INCLUÍDOS APENAS LOCAIS COM TRÊS OU MAIS AÇÕES)



Fonte: Elaboração própria.

Vale atentar que no caso do CCBB a contribuição pela Lei Rouanet é muito superior à do ProAC, ao contrário dos demais locais, onde os dois programas incidem de forma equilibrada. Tal fato relaciona-se, provavelmente, ao porte financeiro da instituição bancária e seu consequente potencial de investimento via renúncia fiscal.

ESPACIALIZAÇÃO DOS DADOS

Feitas as análises iniciais, os dados apurados foram então espacializados, buscando-se a visualização da distribuição dos investimentos no território. Essa espacialização priorizou três aspectos considerados fundamentais para o entendimento do cenário de investimentos na cidade, os quais serão apresentados a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES NO TERRITÓRIO

Confirmando a hipótese inicialmente levantada, a espacialização das ações analisadas aponta para uma maior concentração de ações nas regiões centrais do município, sendo inclusive significativa a sobreposição de ocorrências nos mesmos locais de realização. Essa sobreposição acontece, sobretudo, nos cinemas do circuito regular.

Ainda em relação à tipologia dos locais, curioso notar que as ações situadas nas regiões centrais são, em geral, vinculadas a salas do circui-

to regular, enquanto as ações situadas nos bairros mais periféricos referem-se, predominantemente, a eventos em equipamentos públicos, no que pesa sobremaneira a presença dos CEUs. Nesses casos, a sobreposição de ações não se mostra muito recorrente, configurando um quadro de maior diversidade de espaços por um lado, porém, menor frequência de eventos, por outro.

Importante notar que 27 dos 96 distritos do município não contabilizaram ações.

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPONENTES NO TERRITÓRIO

O mapeamento dos endereços das proponentes revelou um quadro de ainda maior concentração: há raros casos de produtoras situadas na zona Leste e nenhuma ocorrência nas periferias norte e sul da capital. Além da maioria absoluta das proponentes estarem concentradas no miolo central da cidade, o investimento nestes casos é esmagadoramente superior àquele direcionado às proponentes situadas em distritos periféricos.

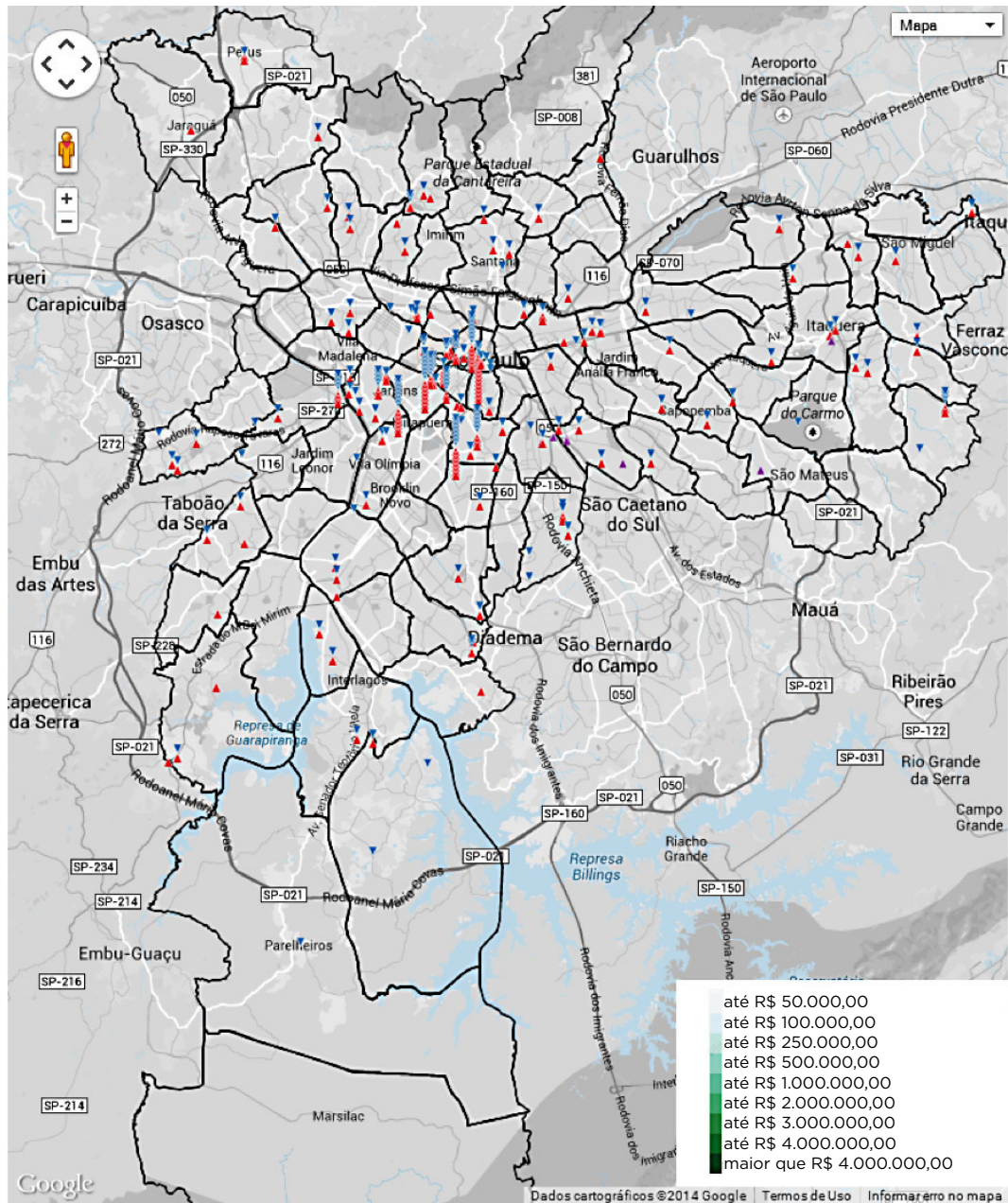
DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO TERRITÓRIO

A análise da distribuição dos investimentos na cidade partiu da divisão administrativa por distritos, organizando-os segundo faixas de investimentos. Essa espacialização confirmou mais uma vez a hipótese inicialmente colocada: os bairros centrais são contemplados por volumes de investimentos bastante superiores aos bairros periféricos. Conforme mapa que segue, os investimentos mais elevados estão nos distritos Vila Mariana e Pinheiros, seguidos por Bela Vista, Consolação, Barra Funda e Sé, ou seja, todos concentrados no miolo central da cidade. Os distritos periféricos, por sua vez, enquadram-se nas faixas de investimento mais baixas, havendo 27 distritos sem investimento algum.

Em termos de valores, enquanto alguns distritos contam com valores inferiores a R\$ 20.000,00, os mais favorecidos – Vila Mariana e Pinheiros – contam, respectivamente, com R\$ 6.489.680,01 e R\$ 4.662.568,16.

Apesar da nítida concentração de investimentos nos distritos centrais, vale mencionar a presença de ações em diversos distritos periféricos, o que está vinculado, sobretudo, à realização de eventos em equipamentos públicos, entre eles os CEUs e os Centros Culturais de Cidade Tiradentes e da Vila Nova Cachoeirinha.

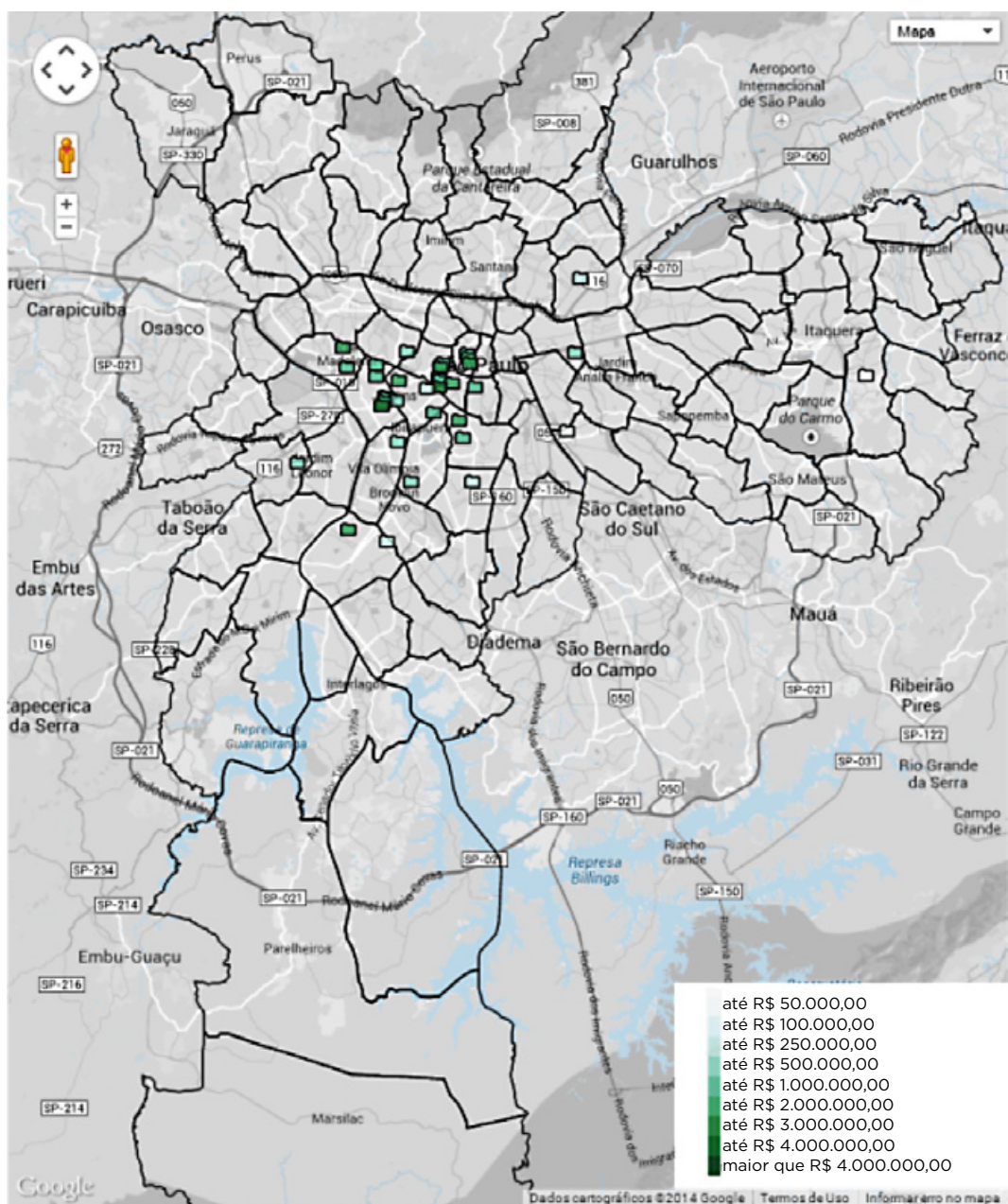
MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE DIFUSÃO AUDIOVISUAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR PROGRAMA.



Fonte: Elaboração própria.

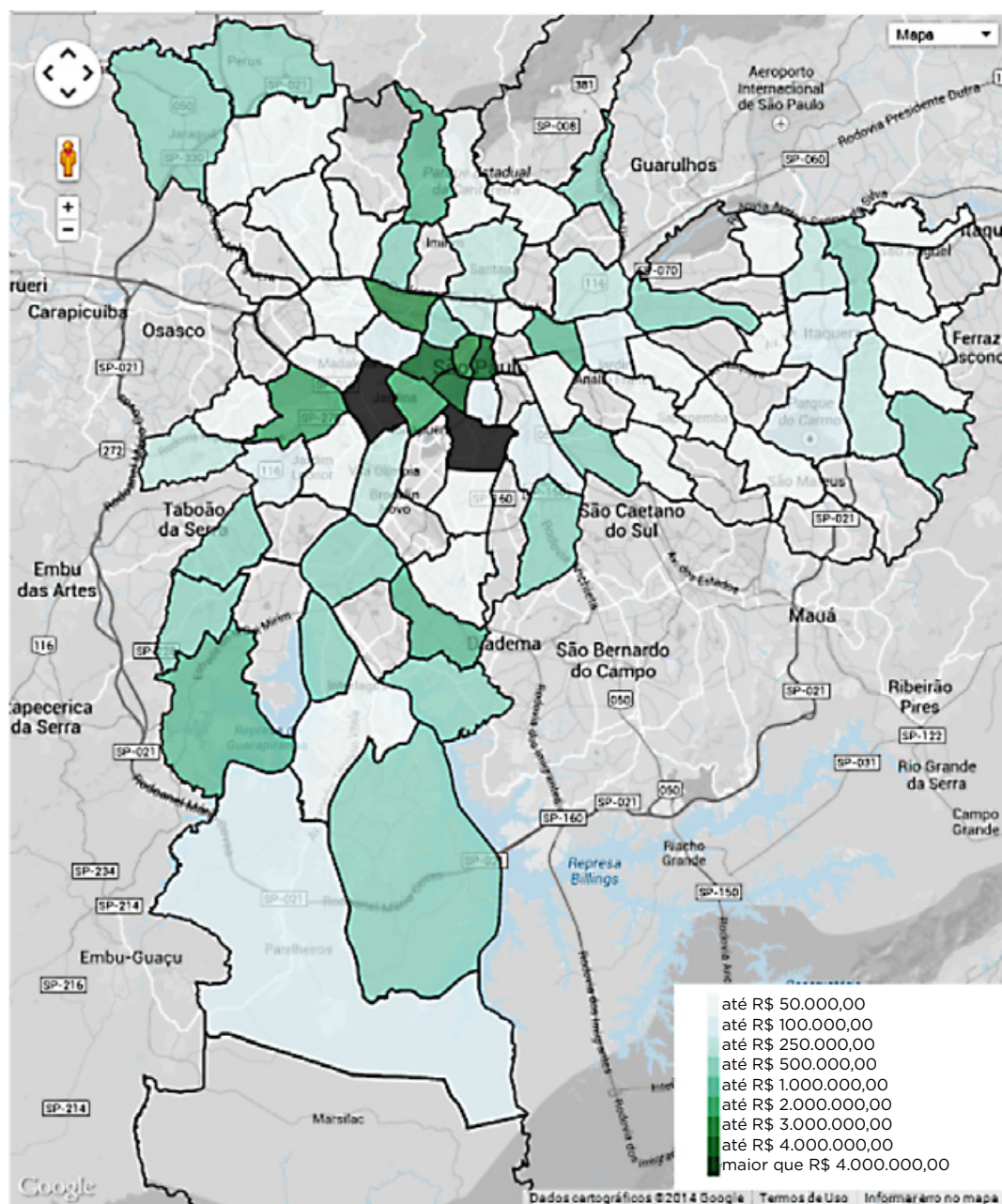
Disponível em: <http://www.coletivo.info/mapas/investaudiovisual.html>.

MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PROPONENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR PORTE DE INVESTIMENTO.



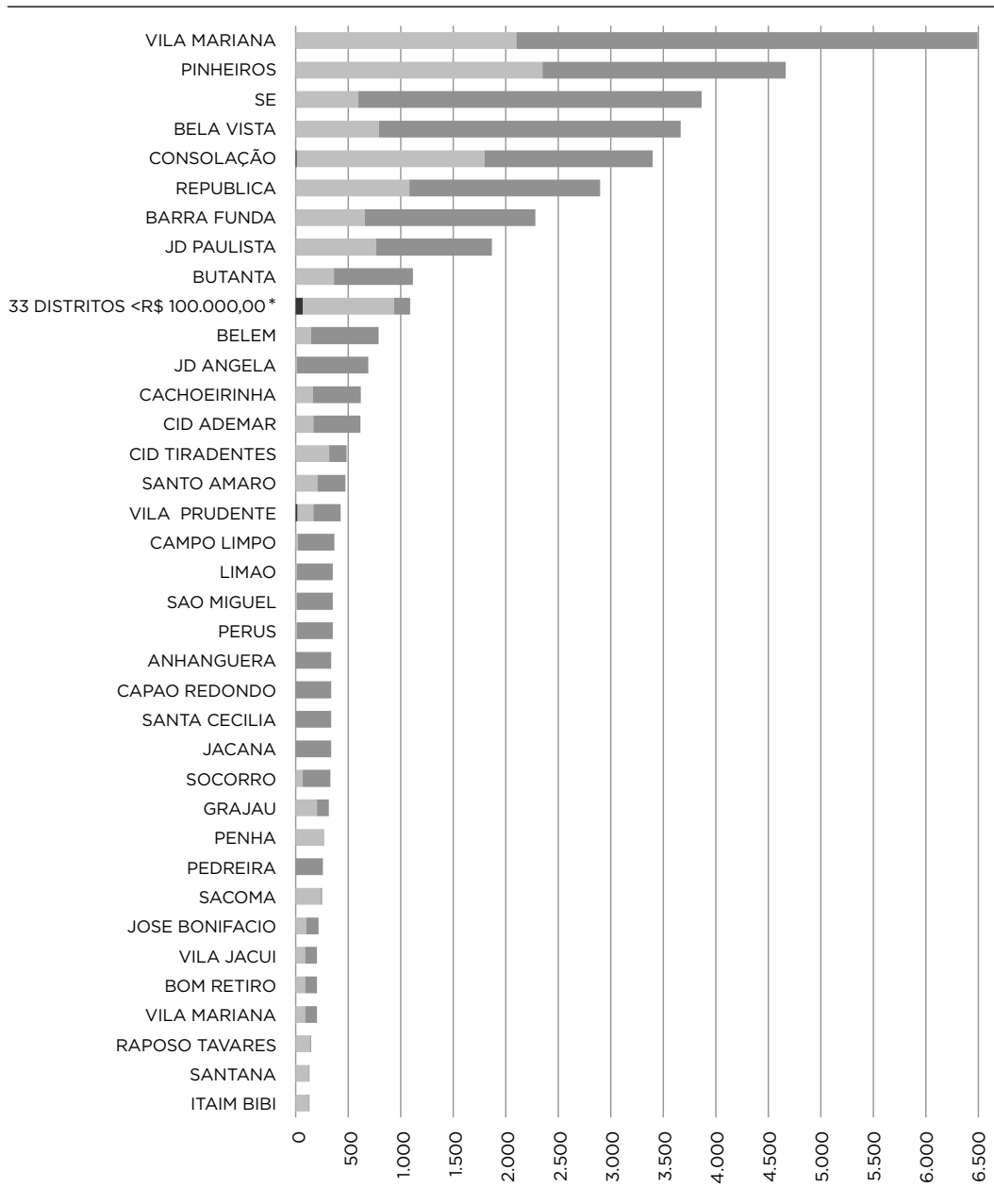
Fonte: Elaboração própria.
Disponível em: <http://www.coletivo.info/mapas/investaudiovisual.html>.

MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM DIFUSÃO AUDIOVISUAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR DISTRITO.



Fonte: Elaboração própria.
Disponível em: <http://www.coletivo.info/mapas/investaudiovisual.html>.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM DIFUSÃO AUDIOVISUAL, POR DISTRITOS E PROGRAMAS



Fonte: Elaboração própria.

* Somatória do investimento nos 33 distritos que contam com valores individuais inferiores a R\$100.000,00.

CONCLUSÃO

SOBRE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TERRITORIALIDADES URBANAS

Território, assim, em qualquer concepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (Haesbaert *in*: Heidrich *et al.*, 2008, pp. 20-21)

Segundo Haesbaert (2008), a definição de “território” caminha sempre entre duas referências extremas – uma de caráter funcional e outra de caráter simbólico –, as quais se revezam em intensidade, mas estarão sempre simultaneamente presentes. Para o autor, em um esquema genérico de extremos, essa relação “funcionalidade *versus* simbolismo” se expressaria, por exemplo, e respectivamente, nas relações “processo de dominação *versus* processo de apropriação”, “territórios da desigualdade *versus* territórios da diferença”, “território como recurso (valor de troca) *versus* território como valor” (valor simbólico). Neste estudo, que busca avaliar processos culturais, interessa discutir, sobretudo, os territórios ditos simbólicos, particularmente em seus processos de apropriação e consolidação de relações afetivas com o espaço urbano. A estes processos denominam-se territorialidades.

Assim, de forma muito sintética e breve, o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados; a territorialidade é a estratégia específica pela qual se opera o controle ou o domínio sobre esse espaço. (Gomes *in*: Heidrich *et al.*, 2008, p. 38)

A análise dos projetos aqui apresentada, ao classificar as ações em tipos de locais, partiu da constatação de tipologias espaciais distintas vinculadas à atividade de exibição: salas de cinema (circuito regular), equipamentos públicos, espaços públicos, locais privados e associações. Se considerado o conceito de territorialidade, ou seja, as dinâmicas pela qual esses espaços são ocupados, alguns arranjos podem ser claramente identificados:

- as salas de cinemas de rua;
- as salas de cinemas de shoppings;
- as exposições em equipamentos públicos; e
- as exposições em espaços públicos.

Em relação às salas de cinema do circuito regular, embora compartilhem entre si formatos de uso semelhantes, o que as define enquanto territorialidades são as relações que seus públicos, atraídos pela atividade de exibição, desenvolvem com o espaço. Neste sentido, as dinâmicas são bastantes particulares a cada uma das tipologias sugeridas.

As salas de cinema de rua, não só por se configurarem exclusivamente como salas de cinema, mas também por contarem, em geral, com programações preferencialmente voltadas a filmes ditos “de arte”, concentram prioritariamente um público cinéfilo, ou seja, particularmente interessado em cinema e que frequenta com regularidade esses espaços (Stefani, 2009). Esse público muitas vezes tece relações interpessoais a partir do interesse comum, o que transforma esses espaços em requisitados pontos de encontro ditos “de nicho”.

Já as salas de shoppings, em geral integrantes dos chamados *multiplex*, tendem a atrair um público variado, que busca lazer, e não necessariamente a sessão de cinema. No entanto, embora seja um contexto menos especializado, as salas de shoppings constituem também uma territorialidade fortemente definida: apesar do público não cinéfilo e da vinculação dessas salas aos shoppings centers, tecem-se também, neste caso, relações interpessoais e territoriais, contudo a partir de outros interesses, sejam de socialização, de consumo, entre outros.⁶

Além de configurações arquitetônicas diversas – as salas de rua comunicam-se diretamente com o espaço público enquanto as salas de não se conectam com o espaço exterior –; em termos de localização, fica visível a concentração das salas de cinema de rua nas regiões mais centrais, com ênfase para o eixo da avenida Paulista, enquanto as salas de shoppings mostram-se distribuídas pelo anel intermediário da cidade.

Já no que se refere às exibições em equipamentos públicos, verificou-se que as ações, em geral, vêm sempre atreladas a atividades de formação, como oficinas e workshops, e/ou contam com temática pedagógica, como meio ambiente, direitos humanos, etc. Como a maioria destes equipamentos são escolas, as sessões são predominantemente compostas por alunos, em uma espécie de atividade extracurricular.

No caso das exibições em espaços públicos, formatos específicos costumam ser desenvolvidos, como os projetos em formato drive-in ou os projetos itinerantes. Nesses casos, o público-alvo é variado, composto basicamente pelas populações locais.

6 Vale mencionar que poucas salas de cinema de shoppings são contempladas pelos projetos aqui avaliados. Isso se deve, provavelmente, ao fato de as mostras e festivais trazerem, em geral, títulos mais densos e com menor apelo comercial, o que as faz optar pelas salas mais alinhadas a esses formatos.

Considerando a vinculação entre o formato dos projetos e o tipo de espaço onde se realiza, fica nítida a divisão da cidade em três anéis concêntricos: enquanto as salas de cinema de rua se concentram no miolo central, com as mostras de festivais de maior porte, no anel intermediário estão as salas de shoppings, com eventos mais pontuais, já nas periferias encontram-se mostras temáticas e ações prioritariamente voltadas à formação de público, situadas, em geral, em equipamentos públicos e associações locais.

Interessante notar que são raros os casos que combinam diferentes tipologias de espaços. Em geral, os projetos são direcionados já em sua definição para tipos de locais específicos. Tal procedimento poderia ser um ponto positivo, enquanto reconhecimento das particularidades locais, seja de público, seja de vocação etc. No entanto, o que se percebe é que mostras e festivais de maior porte pouco chegam aos bairros periféricos, o que torna privilégio de apenas uma parcela da população o acesso a esses ambientes. Nota-se uma espécie de estereotipagem das ações, não havendo de fato um diálogo com as dinâmicas locais, mas sim uma suposição do que se imagina pertinente para cada local.

Embora em determinados aspectos seja mais cabível, do ponto de vista urbanístico, promover a interligação entre centros e periferias a prover os bairros periféricos de serviços similares aos encontrados nas regiões centrais (Jacobs, 2011), a oferta de opções de lazer nas periferias faz-se fundamental ao entender tais atividades como parte importante da rotina dos cidadãos. Nesse sentido, estender as redes torna-se uma estratégia crucial para garantir a vitalidade desses locais. Dessa forma, estimulam-se as relações de apropriação simbólica dos territórios, favorecendo a identidade local.

Mais do que garantir o acesso ao cenário cultural da cidade, a ocupação de espaços por programações variadas, comuns ao circuito oficial da cidade, tende a inibir a consolidação de territórios de dominação e estimular a configuração de territórios simbólicos, uma vez que evita a apropriação individual dos espaços e o consequente direcionamento aos interesses de determinados grupos. Nesse contexto, cabe à política cultural enfatizar a realização de ações e projetos, sobretudo, nas regiões menos inseridas na dita cidade formal.

No entanto, para que os projetos dialoguem com esses espaços, é fundamental conhecer as realidades locais e reconhecer estas dinâmicas na definição das ações a serem contempladas. Entender os bairros periféricos como uma única “periferia” é sabidamente um equívoco. A diversidade coloca-se como a característica por excelência das grandes cidades e as periferias são protagonistas nesses processos. Diversas territorialidades se configuram, cruzando limites administrativos, o que se acentua a partir da potencialidade das ferramentas virtuais. Já não cabe mais

falar em bairros enquanto territórios específicos, mas sim enquanto cenários de diversas territorialidades. A discussão do espaço urbano passa a contar com um novo ponto de partida, que é a multiterritorialidade.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. (Haesbaert *in*: Heidrich *et al.*, 2008, p. 34)

Em síntese, o estudo aqui colocado atesta que a política pública de suporte à difusão audiovisual vem fortalecendo territorialidades urbanas na cidade, o que se desdobra em uma análise de duas faces: se entendida como alinhamento às realidades locais, essa política pode ser encarada de forma positiva, uma vez que reforça territorialidades já instituídas; no entanto, ao verificar estarem essas territorialidades ainda muito atreladas a delimitações espaciais da cidade, entende-se que fortalecê-las pode significar também uma intensificação das diferenças entre centro e periferia.

O entendimento dos territórios como estruturas capazes de abrigar múltiplas territorialidades assume então papel fundamental e passa a ser entendido como aspecto importante na definição de ações culturais para a cidade. Se bem direcionada, a política pública pode gerar impactos positivos nos arranjos territoriais já delineados, de modo a preservar as territorialidades, contudo, estimulando-as a cruzar os limites espaciais impostos pelo desenho urbano.

A espacialização de dados gerada para este estudo está disponível na página virtual <http://www.analouback.com.br/investaudiovisual>. Créditos de programação: Fábio Andrade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Consulta Pública de Projetos: ProAC ICMS”. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/PAC/consultapublica>. Acesso em mar. De 2014.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff. São Paulo: Contexto, 2002.
- HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade. A resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ead.Ulbra. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. “Salic Net: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura”. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>. Acesso em mar. De 2014.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. “Programa VAI”. Disponível em: <http://programavai.blogspot.com.br/p/projetos.html>; www.programavai.cc. Acesso em mar. De 2014.
- STEFANI, E. B. *A geografia dos cinemas no lazer paulistano contemporâneo: redes e territorialidades dos cinemas de arte e multiplex*. São Paulo: dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH USP, 2009.